

Comunhão Restrita

John Murray

Seja qual for a posição que venhamos a assumir para com a questão em debate, não podemos, sob qualquer base bíblica, excluir a noção de comunhão restrita. A ceia do Senhor não é para todos indiscriminadamente, como é o evangelho. A ceia do Senhor é principalmente comemoração e comunhão. É para aqueles que discernem o corpo do Senhor, que comemoram sua morte em fé e amor. E, visto que a ceia é também Comunhão, obviamente ela é para aqueles que comungam com Cristo e com os outros na unidade do corpo que é a igreja. Não pode haver nenhuma comunhão sem união e, portanto, a qualificação central para a participação é união com Cristo. A ceia do Senhor é para os que são dele.

É parte do conselho completo de Deus que essas condições sejam clara e insistentemente expostas, com o objetivo de que aqueles que estão aptos participem e aqueles que não estão se abstenham. Isto é dizer simplesmente que a pregação sobre essa questão é direcionada a assegurar que o que está registrado no parecer de cada consciência individual deve corresponder àquilo que é verdade no parecer do julgamento divino.

Também se percebe que Deus instituiu o governo em sua igreja com o fim de que a pureza possa ser mantida e a ordem e o decoro observados. É responsabilidade daqueles que estão investidos deste governo, assegurar que os admitidos à membresia da igreja preencham aqueles requerimentos de profissão crível e inteligível que são os critérios pelos quais os que estão investidos no governo irão julgá-los. Nós dizemos que a liderança deve requerer uma confissão inteligível e crível de fé em Cristo como Senhor e Salvador. Pode acontecer, e às vezes acontece, que aqueles que estão verdadeiramente unidos a Cristo e que, portanto, no parecer do julgamento divino bem como no parecer da consciência estão aptos a participar, contudo, sejam excluídos pela liderança — o que é bastante correto porque não podem fazer a confissão de fé requerida. A liderança não é capaz de, num ato místico,

examinar o coração e Deus não dá revelação especial com respeito àqueles que são dele. A liderança deve agir na base da credibilidade e dos dados observáveis. Esta discrepância e aparente injustiça surgem da fragilidade intrínseca das limitações sob as quais Deus mesmo tem colocado aqueles que governam na igreja. É lamentável que a pessoa interessada não possa fazer a confissão necessária, porém, nós não podemos dizer que, na ausência desta confissão seja lamentável que a liderança exclua a pessoa interessada. Se falarmos deste modo estaremos questionando a instituição divina que os homens estão obrigados a observar. Devemos, portanto, reconhecer as limitações que governam a administração da Ceia do Senhor.

Além disso, a liderança está sob a obrigação de excluir da ceia do Senhor aqueles que são culpados de um pecado público tal que requeira exclusão. Isto se aplica mesmo àqueles que fizeram a confissão requerida e verdadeiramente podem estar unidos a Cristo, até que eles dêem evidência de arrependimento e mudança. Negar esta necessidade é renunciar completamente às demandas da disciplina.

A questão é se a liderança está sob a obrigação de aplicar este mesmo princípio àqueles que não são membros da congregação mas desejam participar da ceia do Senhor com a congregação. Ou a liderança deve deixar a questão inteiramente às consciências daqueles que podem estar naquela categoria?

Deve-se admitir que se o conselho exerce a supervisão a ponto de requerer que todos que os que participam da Santa Ceia recebam permissão para assim fazer, então, sob algumas ocasiões ao menos, algumas pessoas que estejam qualificadas a participar e a quem a liderança teria grande alegria em conceder o privilégio, possam ser excluídas. Porém a questão não se resolve com base nessa probabilidade. Alguém assim privado da participação não deve ser levado a tropeçar por causa dessa exclusão, desde que se esclareça — como se deve fazer — qual a razão para tal exclusão. Essa pessoa, se sensível às exigências de pureza, deve apenas apreciar a razão da sua exclusão nessa ocasião específica.

Parece totalmente irracional deixar o assunto completamente entregue à consciência da pessoa interessada, quando isto não é, e não deveria ser feito no caso do membro da congregação. Há as seguintes considerações:

1. A Pureza da Igreja.

É obrigação da liderança assegurar ao extremo de suas prerrogativa que só os que são aptos a participar devem participar. Ela não está exercendo essa prerrogativa a menos que exercite a supervisão sobre todos que participam. Isto se aplica em dois sentidos, primeiro como se aplica ao indivíduo e segundo como se aplica ao corpo de Cristo. No primeiro caso pode haver uma pessoa presente que não seja membro de nenhuma igreja, e que isto seja de fato notório, mas que por uma ou várias razões erradas e indignas deseje participar. A consciência desta pessoa está gravemente pervertida, seus motivos são indignos, sua concepção do sacramento é distorcida, e se ele ou ela participa estão cometendo um pecado contra Cristo e a instituição da Igreja. É executar um grande serviço àquela pessoa preveni-la desse ato indigno, preservando-a de sacrilégio do pior tipo. Talvez isto seja bem conhecido da liderança; ela sabe da violência que será perpetuada. Diremos que tudo o que pode ser feito nesse caso é simplesmente o persuasivo alerta que pode ser dado à borda da mesa? Certamente não! Mas no segundo caso a liderança deve preservar até ao extremo de sua habilidade o corpo de Cristo desta profanação. Por que Paulo ordenou à igreja de Corinto que a pessoa incestuosa seria separada e entregue a Satanás para a destruição da carne a fim de que seu espírito pudesse ser salvo no dia do Senhor Jesus? Uma razão que ele menciona é que um pouco de fermento leveda toda a massa (1 Co. 5:5,6). Ora, isto se refere a uma pessoa que era um membro da igreja e sob quem a sentença de ex-comunhão poderia ser pronunciada e suas implicações postas em andamento. Porém supomos que tal disciplina não pudesse ser exercida sobre aqueles que estão fora da comunhão particular da congregação mas que desejem, contudo, desfrutar dos privilégios que aquela comunhão em uma ocasião específica? Seguramente as considerações que os apóstolos fizeram neste caso não são completamente desconsideradas em uma ocasião particular simplesmente porque aquela pessoa não é um membro da congregação.

2. A Unidade da Igreja.

Este princípio diz respeito à unidade com a denominação e com toda a igreja de Cristo ao redor do mundo.

A respeito do primeiro, uma pessoa pode estar sob disciplina por qualquer congregação da denominação. Aquela pessoa será prevenida quanto a participação em sua própria congregação. Quais seriam os meios usados é outra questão. Mas é óbvio que seria uma caricatura de disciplina permitir que uma pessoa se sentasse à mesa do Senhor. Se ele vai para outra congregação a liderança da congregação fica impossibilitada de exercer o mesmo tipo de exclusão que é exercida pela liderança sob a jurisdição que a pessoa está? Você já pode ver a profanação que será cometida se a liderança de uma igreja deixar a matéria inteiramente à consciência da pessoa quando a liderança de outra igreja da mesma denominação a que pertence nada faz para buscar outros meios de preveni-lo. Ele simplesmente tem de respeitar a disciplina exercida por outras congregações de sua denominação.

Mas nós temos de levar em conta não só a denominação. Também temos que considerar a igreja inteira e devemos ser zelosos com a disciplina exercida por outros corpos tanto quanto somos para com nossa própria denominação. Como isto deve ser feito? Isto só pode ser feito se alguma supervisão é exercida pela liderança para assegurar tanto quanto possível que tais profanações não ocorram. Mesmo assim é possível que enganos ocorram. Obviamente não há neste mundo uma aplicação perfeita de qualquer princípio. Mas nós devemos abandonar um princípio simplesmente porque em alguns casos, devido a fraqueza humana, ocorrem erros e aberrações que são incompatíveis com o princípio? Se fosse esse o caso nós teríamos de abandonar todos os princípios da ética bíblica.

Em conclusão, a pessoa que em uma ocasião específica deseje comungar está na categoria dos que são de dentro. Ele está entre vocês e vocês estão estendendo-lhe a comunhão mais íntima disponível neste mundo. "Não julgais vós os que são de dentro? Expulsai, pois, de entre vós o malfeitor" (1 Co. 5:13).

Tradução: Márcio Santana Sobrinho.

Extraído de *Collected Writings*, Volume 2, páginas 381-384.